



QUILOMBO BOM SUCESSO DOS NEGROS, MUNICÍPIO DE MATA ROMA (MA): ENTRE A MEMÓRIA E A RESISTÊNCIA

Luís Fabiano de Aguiar Silva¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4201-3435>

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, PR, Brasil¹

Artigo recebido em 29/10/2023 e aceito em 14/12/2023

RESUMO

Discorreremos neste artigo sobre a origem histórica e geográfica do Quilombo de Bom Sucesso dos Negros, localizado no município de Mata Roma-MA. A formação desse território quilombola representa importante registro de transformação de escravos em camponeses livres, passando por uma relação de dependência por meio do mercado. A partir da quebra econômica de muitos “senhores” de escravos, surgem diversas situações de doação, aquisição e transmissão por herança de terras responsáveis por maximizar territorialidades negras. Seus moradores estão relacionados entre si por laços de parentesco e relatam sua procedência a partir de doze famílias escravas que tiveram acesso à terra por meio da renda. Bom Sucesso pode ser considerada uma das comunidades negras mais antigas do território maranhense, a sua localização antes mencionada foi marcada historicamente pela existência de quilombos, entre estes o de nome Lagoa Amarela, que tinha como líder o negro Cosme, que sofreu com as retaliações das tropas de Caxias, durante a Balaiada (1838-1841). A organização desse território de ritmos de vida próprios, de trabalho e produção artesanal nas práticas locais. Nesse sentido assume a centralidade de nossos estudos realizados por meio de uma práxis cotidiana participativa e colaborativa que resiste e luta frente à expansão da modernização agrícola no leste maranhense, frente aos interesses dos sujeitos do agronegócio que revelam a dinâmica do capital hegemônico.

Palavras-Chave: quilombo; Bom Sucesso dos Negros; terra de preto; resistência.

QUILOMBO BOM SUCESSO DOS NEGROS, MUNICIPALITY OF MATA ROMA (MA): BETWEEN MEMORY AND RESISTANCE

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná-UNICENTRO. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, biênio (2015-2017). Especialista em Ensino da Geografia-UFMA (2008). Graduado em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA (2007). E-mail: lfgeo@hotmail.com

ABSTRACT

In this article we will discuss the historical and geographical origin of the Quilombo of Bom Sucesso dos Negros, located in the Mata Roma-MA. The formation of this quilombola territory represents an important record of transformation of slaves into free peasants, going through a relationship of dependence through the market. From the economic break of many slave "lords", several situations of donation, acquisition, and transmission by inheritance of land responsible for maximizing black territorialities emerged. Its residents are related to each other by kinship ties and report their origin from twelve slave families that had access to the land through income. Bom Sucesso may be considered one of the oldest black communities in the territory of Maranhão, its location mentioned before was historically marked by the existence of quilombos, among them the one named Lagoa Amarela, whose leader was the black Cosme, who suffered from retaliations by Caxias troops during the Balaiada (1838-1841). The organization of this territory of its own rhythms of life, work and craft production in local practices. In this sense it assumes the centrality of our studies carried out through a participative and collaborative daily praxis that resists and struggles against the expansion of agricultural modernization in eastern Maranhão, facing the interests of agribusiness subjects that reveal the dynamics of hegemonic capital.

Keywords: quilombo; Bom Sucesso dos Negros; terra de preto; resistance.

QUILOMBO BOM SUCESSO DOS NEGROS, MUNICIPIO DE MATA ROMA (MA): ENTRE MEMORIA Y RESISTENCIA

RESUMEN

En este artículo discutiremos el origen histórico y geográfico del Quilombo de Bom Sucesso dos Negros, localizado en el municipio de Mata Roma-MA. La formación de este territorio quilombola representa un importante registro de transformación de esclavos en campesinos libres, pasando por una relación de dependencia a través del mercado. A partir de la ruptura económica de muchos "señores" esclavos, surgen diversas situaciones de donación, adquisición y transmisión por herencia de tierras responsables de maximizar las territorialidades negras. Sus habitantes están relacionados entre sí por lazos de parentesco y relatan su origen de doce familias de esclavos que tenían acceso a la tierra por medio de la renta. Bom Sucesso puede ser considerada una de las comunidades negras más antiguas del territorio de Maranhão, su localización antes mencionada estuvo históricamente marcada por la existencia de quilombos, entre ellos el denominado Lagoa Amarela, cuyo líder era el negro Cosme, que sufrió represalias de las tropas de Caxias durante la Balaiada (1838-1841). En este sentido, se asume la centralidad de nuestros estudios realizados a través de una praxis cotidiana participativa y colaborativa que resiste y lucha contra la expansión de la modernización agrícola en el este de Maranhão, enfrentando los intereses de los sujetos del agronegocio que revelan la dinámica del capital hegemónico.

Palabras clave: quilombo; Bom Sucesso dos Negros; terra de preto; resistencia.

INTRODUÇÃO

Bom Sucesso
Bom Sucesso é terra boa, terra de gente morar
Bom Sucesso é da coroa
Bom Sucesso para mim é terra boa
Tenho saudade dessa terra brasileira
Tenho saudade, mas não posso lembrar
Ainda me resta uma esperança
Que para mim o Bom Sucesso é terra boa.²

Esse artigo tem como finalidade discorrer sobre a origem, organização territorial e resistência do Quilombo Bom Sucesso dos Negros frente à expansão da modernização agrícola no Leste Maranhense, frente aos interesses dos sujeitos do agronegócio que revelam a dinâmica do capital hegemônico. A partir das transformações econômicas advindas da expansão da fronteira agrícola, no leste maranhense, iniciadas na década de 1990, com a implantação do pacote tecnológico para a agricultura, se concentrando, principalmente, na microrregião de Chapadinha.

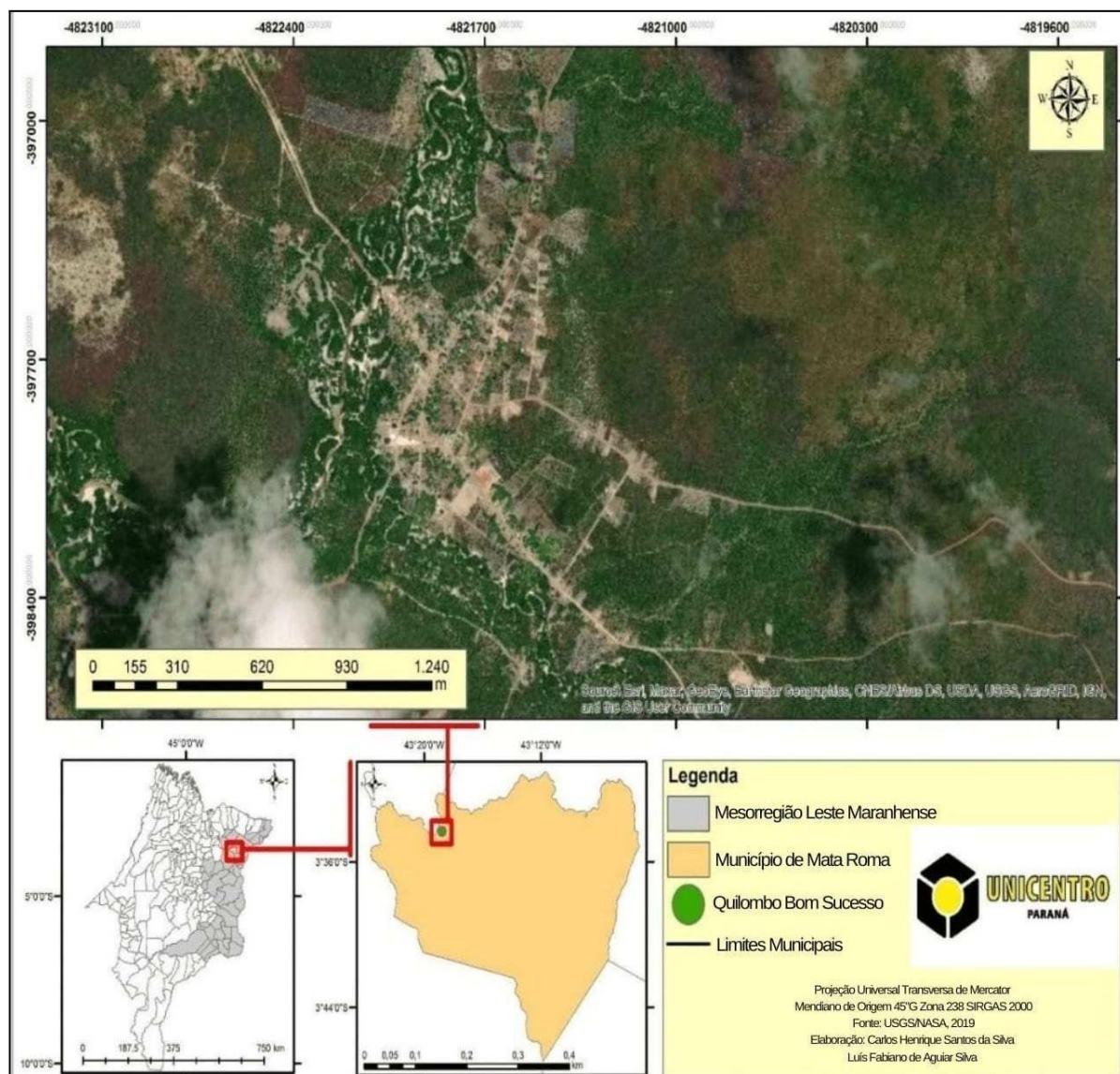
As comunidades tradicionais, e em especial os quilombos dos chapadões do leste maranhense, têm sofrido constante pressão por parte do avanço do agronegócio, fruto dos interesses capitalistas, que requer muita terra e tem o apoio do poder público em suas diferentes instâncias, bem como da mídia, plenamente acoplados ao grande comércio internacional, que conta, mais recentemente, com o desmonte dos órgãos de fiscalização e regulação ambientais (CAMPOS, 2015).

Essa situação tem levado as comunidades tradicionais a se privarem do acesso e uso de diferentes espaços, essenciais em seu cotidiano, onde possam criar, extrair produtos e, em muitos casos, produzir seus roçados, que têm diminuído drasticamente com o passar dos anos.

O Quilombo Bom Sucesso dos Negros (Mapa 1) está situado a 37 quilômetros da sede municipal de Mata Roma (MA), cidade pertencente à microrregião de Chapadinha, na Mesorregião Leste Maranhense, sendo terceiro município de maior relevância na monocultura da soja na microrregião na referida microrregião.

² Dona Taíca, de 79 anos, canta Bom Sucesso. Esse cântico foi ensinado por seu professor, quando cursava a alfabetização.

Mapa 1 - Localização do Quilombo Bom Sucesso



Fonte: USGS/NASA, 2019

Esse território possui no agroextrativismo o meio de (re)produção nutricional das suas famílias, onde os sujeitos mantêm relações e heranças de conhecimentos ancestrais presentes nas primeiras famílias que iniciaram o processo de povoamento, tais como o manejo dos recursos naturais e a valorização da cultura (i)material local.

Para orientar a leitura do fenômeno geográfico objeto de pesquisa, elegemos a abordagem territorial, tendo em vista a apreensão dos elementos e processos econômicos, políticos, culturais e naturais (E-P-C-N) efetivadas em diferentes escalas (quilombo-microrregião-mesorregião).

De acordo com Santos; Saquet (2010, p. 202) a abordagem territorial “possibilita a compreensão da processualidade existente no movimento (histórico) do tempo e das relações (transescalares) de poder, bem como as redes de circulação e comunicação concretizadas historicamente”. Para Heidrich (2010, p. 27), a abordagem territorial tem revelado à geografia um potencial analítico promissor, especialmente pela “compreensão dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais por meio da territorialidade confere às análises uma dimensão não muito usual, a de discutir os problemas humanos considerando-se ações, fluxos e representações”.

A pesquisa bibliográfica e documental, a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e a análise dos dados secundários foram os procedimentos utilizados na caracterização histórica desse território, conforme socializamos a seguir.

A resistência à escravidão na província maranhense

A presença africana no território maranhense remonta aos tempos da ocupação e colonização portuguesa, nos séculos XVI-XVII. O processo de desenraizamento forçado, de violência contra povos africanos de diferentes nações, etnias e culturas, mediante uma práxis de dominação e subordinação eurocêntrica e colonial, impõe-lhes a condição de escravos.

A essa concepção comungam Estado e Igreja, de que a escravidão seria uma espécie de sacrifício, um “mal necessário” para que o escravizado se tornasse homem livre e a sociedade “selvagem se convertesse em civilização” e, assim, digno de “salvação e ao reino celestial” (MENDONÇA, 2019, p. 257).

Atravessando o Atlântico, os deportados africanos para o Maranhão eram amontoados nos porões infectos e insalubres dos navios negreiros da primeira Companhia de Comércio responsável pelo início do tráfico negroiro, a partir de 1682.

As condições do transporte marítimo eram degradantes e revelavam um negócio como qualquer outro, os traficantes buscavam lucrar a qualquer custo, e assim, os cativos, meras “mercadorias” e “cargas”, não deveriam ser obstáculo à lucratividade. Nesse sentido, Joaquim Pedro Oliveira Martins descreve o martírio da travessia transatlântica a qual os escravos enfrentavam.

Amontoado no porão, quando o navio jogava batido pelo temporal, a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro de homens, para beber avidamente um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela escotilha gradada de ferro. Havia lá no seio do navio balouçado pelo mar lutas ferozes, gritos, uivos de cólera e desespero. Estrangulavam-se, esmagavam-se: a um saíam-lhe do ventre as entranhas, a outro, quebravam-se-lhe os membros nos choques d'essas obscuras batalhas. E a massa humana, cujo rumor selvagem saía pela escotilha aberta, revolvía-se no seu antro afogada em lágrimas e em imundície. Quando o navio chegava ao porto de destino – uma praia deserta e afastada – o carregamento desembarcava; e à luz clara do sol dos trópicos aparecia uma coluna de esqueletos cheios de postuladas, com o ventre protuberante, as rotulas chagadas, a pele rasgada, comidos de bichos, com o ar parvo e esgazeado dos idiotas. Muitos não se tinham em pé; tropeçavam, caíam, e eram levados aos ombros como fardos (MARTINS, 1920, p. 59-60).

Nos anos seguintes, com a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, ocorre um significativo aumento no número de escravos, que por preços módicos e prazos “a perder de vista” atestam os desejos dos artífices da “grandeza” maranhense durante o período do tráfico transatlântico (1680-1846) (ASSUNÇÃO, 2018).

Com a organização da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, houve um significativo crescimento de escravos africanos na região. Calcula-se que em 1755 entraram no Estado 3 mil escravos e, entre 1755 e 1777, o número de escravos no Maranhão saltou para 12 mil. A compra de escravos, financiada pela aludida companhia, mantinha o monopólio do comércio que tinha como ponto de comercialização o porto de São Luís (IMESC, 2017, p. 17).

Consideramos relevante enfatizar que não nos propormos compilar estatísticas sobre a importação de escravos africanos para o Maranhão, tarefa esta, segundo Assunção (2018), difícil de estimar, pois os números sobre o cruel comércio são incompletos, além do mais, esses números referem-se aos embarcados, não aqueles que chegavam com vida.

Contudo, para Assunção (2018), a título de hipótese, o número de escravos importados para o Maranhão talvez tenha chegado a 140 mil. Consoante evidencia Lima (1981), que em certo período, o Maranhão teve o dobro de africanos em relação aos brancos.

Outrossim, é difícil de identificar a quais etnias pertenciam, não somente pela destruição de registros, como porque no Maranhão, a denominação **negro mina**, designa indistintamente, os negros de várias nações, embarcados na Costa da Mina, que correspondia a Costa do Marfim, a Costa do Ouro e as ilhas de São Tomé e Príncipe (LIMA, 1981).

Apesar de limitadas, as fontes de identificação étnica revelam a origem de embarque de uma parcela significativa de africanos deportados para o Maranhão nos navios **tumbeiros**, pela já citada companhia, que provinham dos portos de Guiné, Angola e do Congo, que foram englobados na classificação de “minas” (LIMA, 1981).

Partilhando deste pensamento, Matthias Röhrig Assunção enfatiza que:

As denominações das regiões de origem não constituem ainda identidades étnicas, mas designam o porto de embarque, mesmo se posteriormente alguns desses portos tenham se transformado em ‘nações’ no Brasil, como no caso de ‘Cacheu’, Mina ou “Angola”. Sabemos, por exemplo, que, entre os denominados minas, não havia escravos originários da região do forte de El Mina, ou seja, da chamada Costa de Ouro (ASSUNÇÃO, 2018, p. 72).

Desembarcando em território maranhense, os escravizados eram vendidos no porto de São Luís e a comercialização se fazia semelhante ao que acontecia no Pará, onde eram tratados como mercadorias e expostos com tabuletas penduradas no pescoço, indicando o preço.

Assim, eram distribuídos, na grande maioria, para as principais áreas de *plantations* de algodão, arroz e cana-de-açúcar, localizadas nos vales dos rios Pindaré, Itapecuru e Mearim (ASSUNÇÃO, 2018).

No Maranhão, o primeiro gênero cultivado, que deu início ao processo de enriquecimento e progresso ao Estado, foi o algodão, graças ao trabalho do negro, o que levou Caio Prado Junior a dizer que o algodão, sendo branco, tornou o Maranhão preto (LIMA, 1981, p. 119).

Continuando com seu pensamento, o autor afirma que:

Sucedendo aos índios, tornaram-se também trabalhadores do eito, plantadores de algodão, arroz e cana-de-açúcar, vaqueiros, marinheiros, artífices, operários de açúcar, empregados domésticos e de aluguel, negros do ganho, mucamas, mães-de-leite, cozinheiras de fama (LIMA, 1981, p. 116).

Outra parte tinha sua mão-de-obra destinada a trabalhar nas cidades, especificamente em São Luís (IMESC, 2017). Esses escravos, segundo Martins (2012, p. 80) “eram utilizados na carga e descarga, conduzir veículos, consertar os carros e carruagens, enquanto alguns eram mandados pelos próprios senhores para desenvolverem atividades comerciais e outros serviços”.

Sobre o trabalho escravo no princípio da lavoura do Maranhão, tem-se que:

Os negros [...] somente tratarei dos serviços para que os aplicam. Uma principal parte desta classe trabalha nos diferentes serviços da lavoura, qualquer que seja a que seus senhores escolhem para utilidade própria. A porção mais pequena é empregada no serviço doméstico, e forma uma do luxo dos ricos (GAIOSO, 1970, p. 120).

De acordo com Assunção (2018), apesar da carência de estudos demográficos do tráfico transatlântico para o Maranhão, essa província figurava à época da independência política do Brasil

(1822), com 8,9% de todos os escravos africanos no Brasil, depois da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Assim, na primeira metade do século XIX, na Capitania do Maranhão, os cativos africanos representavam a principal força de trabalho. Para Assunção (2018, p. 210), “a intensidade do trabalho, o tratamento e o status do escravo variaram bastante, dependendo sobretudo de sua qualificação e de seu emprego ou não na agricultura”. Apesar de raras exceções, ocupavam a mais baixa categoria social, isolados, vivendo sem direitos e regalias em meio a uma sociedade já destroçada e, à proporção que a população maranhense se estratificava ainda mais, acentuava-se o abismo entre brancos e negros.

Para fazer girar a roda da empresa colonial, a coroa lusitana e a igreja, mesmo que às custas de uma migração forçada, exploração e extermínio, deliberaram pela opção de utilizar a mão-de-obra africana, desconsiderando suas etnias de origem, suas territorialidades (sociais e espirituais) e temporalidades contrárias ao capitalismo eurocentrado colonial.

E, quanto à justificativa defendida e difundida do Estado (coroa) e Igreja em favor do trabalho escravo africano na América portuguesa, vê-se que

Pela concepção hegemônica do Estado e da Igreja, a escravidão seria uma etapa necessária para que o homem escravizado se tornasse homem livre e a sociedade selvagem se transubstanciasse em civilização. É como se houvesse uma equação devidamente equilibrada: se for bom para os negócios também será bom para a civilização e mesmo para o humanismo mais elaborado vejamos o que diz (MENDONÇA, 2019, p. 257).

Nessa direção, e orientado pelo movimento de colonização e deportação europeia, nega-se aos povos originários do continente africano a sua existência. Subtraídos da sua cultura, religiosidade e singularidade, produz-se sua “inferioridade” social, pois foram colonizados e escravizados para viver para seus “senhores”.

Considerando o trabalho e o tratamento dispensado aos escravos em território maranhense, chamam a atenção as considerações feitas por Assunção (1988; 2018), Lima (1981) e Gaioso (1970), pois estas convergem no que se refere à crueldade e estratificação social. De uma sociedade muita mais rígida, fazendo-se quase como uma divisão em castas, com crueldade e maus-tratos, que fizeram a fama dos senhores do Maranhão se espalhar pelo país.

Os costumes eram severos para não permitir que nessa convivência cotidiana do escravo com o senhor longe dos centros urbanos o escravo esquecesse que ele ‘não tinha valor’. A humilhação do escravo, além de poder satisfazer o ego do senhor permitia a reafirmação cotidiana da sociedade de castas que o cativo instaurou. [...] A super exploração do trabalhado, que tinha como único

limite a resistência física do cativo, só era realizável através da coerção. É o que poderia se chamar de violência de cotidiana do tempo do cativo. Ela é a ameaça constante de aca para a tarefa não cumprida, para qualquer ‘falta’ cometida no trabalho. Fazia parte do pão cotidiano do escravo (ASSUNÇÃO, 1988, p. 93-98).

A péssima reputação dessa capitania, durante o período colonial, era utilizada como medida disciplinar por muitos dos “senhores” do Nordeste, sendo comum a ameaça de venda dos escravos considerados rebeldes em outras províncias.

Teria sido, então, a província maranhense um inferno para os escravos, mais que as outras? Quanto a esta singularidade negativa, ainda não há uma explicação bem estabelecida, e menos ainda aprofundada. Porém, as péssimas condições de trabalho, das condições materiais (comida, roupa, habitação e saúde), a falta de liberdade e a proliferação, em parte do território da província, de doenças endêmicas como a malária, são consideradas muito relevantes (ASSUNÇÃO, 2010; 2018).

Assim, a resistência à escravidão é registrada por Assunção (1988) de diferentes maneiras, da resistência desesperada (suicídio ou matar o senhor) à malandragem (estratégia de sobrevivência), do apelo divino (proteção do cativo ou maldição do senhor), ao Mocambo (a fuga individual ou coletiva) nas brenhas distante do cativo.

Apesar das resistências, durante a primeira metade do século XIX, a escravidão africana representou a principal força de trabalho em território maranhense. Para Lopes (1970), à época da escravidão, a província maranhense, entre as brasileiras, registra o maior número de quilombos, “onde havia extensas florestas, na sua maioria parte ainda não colonizadas, banhadas por muitos rios e riachos” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 334).

O quilombo, a terra de preto, a terra comum

Os termos mocambo, maloca e tapera, que usados cotidianamente no dialeto nordestino significam casas simples, cobertas de palha, moita e esconderijo têm o mesmo sentido de quilombo, definido segundo o IMESC (2017, p. 14) como “valhacouto de escravos fugidos e quilombola designação comum aos escravos refugiados em quilombos”. Outras expressões como cunhambola, canhambora e animbora, também remontam a uma definição colonial de quilombo e positivista.

Tradicionalmente vinculados à questão da fuga, resistência e rebeldia, vivendo à margem da sociedade, os quilombolas enfrentam, ainda hoje, uma condição determinada como um “não-lugar social” (SANTOS; DOULA, 2008). No mesmo sentido, Reis; Gomes (2000), reforçam dizendo que a

historiografia sobre as comunidades quilombolas os remetem aos cenários de invasões, furtos, destruições e resistências.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em diálogo com o Ministério Público, em 2003, modifica a definição de quilombolas que, antes atrelada à fuga do negro e seu agrupamento em comunidades isoladas, passa a ser definida como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (FABIANI, 2005, p. 12).

Corroborando com o conceito antropológico de “remanescente de quilombo”, Schmitt; Turatti; Carvalho (2002, p. 4) afirmam que:

A condição de remanescente de quilombo é também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico.

A essência deste conceito encontra-se no sentimento de pertença a um grupo e a uma terra, importante expressão de identidade e territorialidade, construída na práxis com os outros grupos sociais com os quais se relacionam, sobretudo cotidianamente.

Na província maranhense, as áreas fora do controle do Estado, que por sua ocupação rarefeita favoreceram o surgimento de quilombos mais distantes e considerados seguros, conseguiram, desde o início do século XVIII, sobreviver às inúmeras investidas, aumentando o número de fugitivos, especificamente na freguesia de Codó, no vale do Itapecuru e na área fronteiriça de Turiaçu, expressões do quilombo isolado em permanente luta contra o sistema dominante (ASSUNÇÃO, 2018).

Este último, segundo Meireles (2001, p. 168), foi o primeiro quilombo da província.

O primeiro mocambo que temos notícia é o que se formou nos sertões do Turiaçu, nos confins da capitania de Cumã, e que foi feito destruir pelo governador interino Fernão Carrilho, em 1702, e em que foram aprisionados 120 escravos, quantidade que revela, sem maiores argumentos, o quanto o tempo já de sua formação. Depois, espalharam-se pelo interior, especialmente na Baixada, entre os rios Itapecuru e Turiaçu.

Assunção (1988, p. 141) complementa, dizendo que

No Maranhão sabemos que as matas do Turiaçu e as matas do Codó sempre foram esconderijos prediletos de quilombos, que conseguiram sobreviver muitos anos às investidas da ordem

escravocrata, sempre renascendo das cinzas. Além disso, tem a região do litoral entre o Icatu e Miritiba onde são atestados quilombos desde o século XVIII.

Além do “tradicional” quilombo, como ilustramos anteriormente, de luta pela liberdade e acesso à terra pela força das armas, outras formas de resistência escrava se desenvolveram, marcando o escravagismo maranhense. De acordo com Sousa Filho (2008, p. 15), “inúmeros são os casos de aquilombamento sem a necessidade de evasão ou mesmo enfrentamento”.

Assim, podemos distinguir três tipos de comunidades negras a partir do acesso que tiveram à terra, segundo Assunção (1988, p. 131-132), a saber:

- 1) Acesso pela renda. Os exemplos de Bom Sucesso e Rampa são interessantes na medida que são anteriores Balaia.
- 2) Acesso pelo patrimônio. Como mostra o caso de Flores, o senhor é amansado pelas amásias escravas. Depois de morto se dissolve na comunidade negra que é herdeira das terras.
- 3) Acesso pela alforria. Aqui existem muitos exemplos. Com a abolição, um certo número de escravocratas arruinados abandona as terras que ficam no usufruto do ex-escravos.

Coincide com a abolição da escravidão, a “estagnação econômica” da província maranhense, pois toda a vida desta estava assentada sobre a base do latifúndio e da força de trabalho escrava. Benedito Souza Filho afirma que o enfraquecimento da economia local afetou essa estrutura agrícola, anunciando o seu declínio.

Em decorrência da impossibilidade de recuperação desse sistema de produção, que tinha no trabalho escravo sua força maior, verifica-se a formação de um campesinato marcado pela transferência de extensões de terras a ex-escravos, conformando um padrão de agricultura diferenciado, não voltado a exportação e com a utilização da terra de forma comum, passando a desempenhar um papel importante no abastecimento de mercados locais e regionais (SOUZA FILHO, 2008, p. 37).

Essa crise no sistema agrário e exportador brasileiro agrava-se com o fim da Política Pombalina e da Companhia Geral de Comercio do Maranhão e Grão-Pará, resultante, na segunda metade do século XVIII, de contingências políticas, econômicas e sociais verificadas internas e externamente (SOUZA FILHO, 2008).

Portanto, desse enfraquecimento econômico derivam as aquisições, doações e concessões, feitas por proprietários, por ordens religiosas e pelo próprio Estado, que possibilitaram a emergência de um campesinato que, entre outras características, segundo Souza Filho (2008, p. 38), detinha “o uso comum da terra, as chamadas terras de preto, terras de índio, terras de santo”.

Nesse sentido, Assunção (2018, p. 149) declara que

De fato, a maioria das terras de preto no Maranhão resultou da fragmentação das fazendas e da ocupação de parte das terras pelos ex-escravos após a abolição. [...] são consideradas importantes por duas razões: primeiro, mostram que o escravismo apresentava fissuras mesmo durante a fase considerada ‘áurea’, que eram aproveitadas pelos cativos. Além disto, instauraram uma prática que se generalizou depois da abolição.

Assim, todas as consideradas “terras de preto”, na atualidade, podem ser quilombos, mesmo que historicamente não resultem diretamente de grupos de escravos fugitivos.

Quanto a abertura, nomeada “brecha camponesa”, segundo Souza Filho (2008), foi responsável por criar precedentes de um campesinato negro, contemporâneo à escravidão, uma vez que os modelos adotados consolidam territorialidades que podem se caracterizar como ativas, de resistência popular e contra-hegemônica (SAQUET, 2019).

Em muitas fazendas os escravos tinham “permissão” para implantar roçados, mas na verdade era essa pequena produção que assegurava alimentos às unidades monocultoras. É nessas brechas camponesas que se pode ver o embrião da consolidação dessas territorialidades, [...] que passaram às mãos de ex-escravos, sem fuga ou sublevação, numa dinâmica da negociação entre senhores e escravos (SOUZA FILHO, 2008, p. 14).

A partir da quebra econômica de muitos “senhores” de escravos, surgem diversas situações de doação, aquisição e transmissão por herança de terras responsáveis por maximizar territorialidades negras.

No Maranhão, existe um número expressivo de situações de “terra de preto”, e no Leste maranhense, há ainda hoje pelo menos três destas, que se constituíram antes de 1840, que são os quilombos de Rampa, no município de Vargem Grande e provavelmente a mais antiga, a comunidade de Bom Sucesso, localizada no município de Mata Roma, na microrregião de Chapadinha, no Leste maranhense.

Mediante pesquisa bibliográfica (ASSUNÇÃO 1988, 2010, 2018; SOUZA FILHO, 2008; SHIRAISHI NETO, 1995; PAULA ANDRADE, 1999, 2008, 2012; GARRETO, 2018) e dados de campo coletados entre outubro/2020 e novembro/2020 por meio da memória oral, apresentamos a origem e organização desse território historicamente marcado pela resistência, que atualmente luta frente à expansão do produtivismo e às forças do capital.

O quilombo de Axuí e a formação do quilombo Bom Sucesso

Bom Sucesso pode ser considerada uma das comunidades negras mais antigas do território maranhense, marcado historicamente pela existência de quilombos, entre estes o de nome Lagoa Amarela, que tinha como líder o negro Cosme, que sofreu com as retaliações das tropas de Caxias, durante a Balaiada (1838-1841) (SOUZA FILHO, 2008). O Bom Sucesso representa importante registro de transformação de escravos em camponeses livres, passando por uma relação de dependência por meio do mercado.

O marco inicial de sua localização teria sido a Mata do Brigadeiro, denominação que permanece até os dias de hoje, em referência ao Brigadeiro Feliciano Henrique Franco, que estabeleceu uma fazenda com doze famílias escravas, informação que aparece nos depoimentos colhidos por Assunção (1988, p. 133).

O Brigadeiro era filho da Europa. Feliciano Henrique Franco. Ele veio pediu licença ao governo que nesse tempo era rei ele pediu para demarcar entre o Rio Munin e Preto. O governo deu e ele demarcou seis léguas de terra: Rio Preto e Moquém. Ele assentou fazenda, o primeiro lugar foi Mata do Brigadeiro. [...] A carta de sesmaria diz: 12 famílias de escravos de Brigadeiro. [...] Escravos que trouxe do estrangeiro.

Assunção (2015) e Garreto (2018) fazem importante revelação acerca de uma fracassada expedição com mais de dois mil homens ao Quilombo de Axuí, no ano de 1794, a qual foi comandada por Anacleto Henriques Franco. A expedição saiu da capital maranhense em 3 de agosto de 1794, com grande esplendor, certos do êxito sobre o quilombo.

Segundo relatos do escravo Nicolau ao general governador da capitania, essa cidade encantada era povoada por negros fugidos muito ricos. Tão ricos que tinham uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em ouro, além de utensílios domésticos do mesmo metal e possuir muito dinheiro de ouro e prata. Essa cidade teria como guia espiritual um padre jesuíta que não teria embarcado no navio durante a expulsão da ordem religiosa das terras portuguesas determinadas pelo Marquês de Pombal algumas décadas antes (GARRETO, 2018, p. 71).

Ainda que considerado um “mentiroso”, o escravo Nicolau se torna capitão de milícias e passa a desfrutar de regalias da patente, por ser o único conhecedor da localização do quilombo. O quilombo de

ouro, o “eldorado escravo” estaria localizado às margens da lagoa do Cassó, no atual município de Urbano Santos, na microrregião de Chapadinha, no Leste do Estado, entre o rio Preto e os Lençóis Maranhenses.

A estratégia militar consistia em atacar o quilombo pelos flancos norte e sul. Impedindo os pretensos moradores de Axuí de fugirem para as infundáveis e inóspitas dunas de areia branca dos Lençóis Maranhenses situadas ao norte ou para as densas matas do vale do rio Preto situadas ao sul. Sobraria aos aquilombados que conseguissem fugir apenas os campos de gramíneas onde poderiam ser facilmente perseguidos (GARRETO, 2018, p. 72).

Assim, os militares se dividem, parte segue com o coronel Anacleto a montante do rio Munim e os demais pelo mar em direção a costa oriental. O coronel e sua tropa desembarcam no rio Preto e seguem por 60 quilômetros até chegarem na lagoa do Cassó. A outra parte da expedição desembarca no rio Alegre, nos dias de hoje, no município de Santo Amaro do Maranhão, atravessando os cerca de 50 quilômetros de dunas nos Lençóis Maranhenses, levando dezessete dias para chegar ao destino final (GARRETO, 2018).

Quando, finalmente, as tropas se encontram não há motivos para comemoração. O escravo Nicolau, vendo que se aproximava o local por ele designado, foge ao anoitecer para as matas, ao ponto da constatação da mentira. Certo de que tudo não havia passado de uma mentira, a expedição retorna para a capital. Porém, a fracassada expedição ao Axuí serviu de reconhecimento, pois em 1975, o coronel Anacleto Franco recebe uma concessão de carta de sesmarias no vale do rio Preto, destas terras. De forma irônica, duas décadas depois estas viriam a se tornar o território quilombola de Bom Sucesso (GARRETO, 2018).

Dessa maneira, ausência de estradas e rios são determinantes para a ordem do Brigadeiro, a de procurar nova habitação, assim, seus escravos abrem caminho até a confluência entre os rios Moquém e Preto, local esse próprio para embarque e desembarque, já que este era proprietário de uma loide (navio). E, em meio a esta exploração ocorre o achado de uma imagem, conforme relato da entrevista concedida por Dona Taíca, quilombola de 79 anos, a santa se tornaria a principal responsável pela instalação no local que veio a ser o Bom Sucesso.

Essa imagem que nós temos aqui, a minha bisavó, Juliana do Reis, contando e o povo mais velho. Diz que era um Feliciano, um cativo viú. Aí ele trabalhava, sofrimento, aí ele foi e se pegou com Deus, se ele vencesse aquela batalha, se ele ganhasse uma heranzinha ele ia doar para doze famílias negras e ia comprar uma imagem pra deixar de recordação pra o povo dele ficar festejando. Quando é um belo dia, ele se levanta e foi lavar o rosto, aí quando ele olha lá para

beira do lago diz que tá a imagenzinha, aí ele disse: olha Deus já me deu, Deus já me deu a imagem, que eu vou deixar para meu povo comemorar. Aí ele disse: eu vou fazer a capela dela na Mata do Brigadeiro, aí ele trouxe. Quando foi um certo dia, cadê! Aí ele disse, para onde foi a imagem? Aí diz que ele sai na porta da rua, ela tinha descido aqui para o Bom Sucesso pelo nível do rio Moquém. Depois três dias ele foi reparar ela já tinha vindo, onde o Moquém bota no rio. Diz que ele disse: meu Deus! Essa imagem num quer a Igreja dela aqui, ela vai querer a Igreja dela é em Bom Sucesso, pois eu vou fazer lá. (Taíca, 79 anos, Bom Sucesso)

Encontramos referências a este episódio nos trabalhos de Souza Filho (2008) e Assunção (1988; 2018), entretanto, com duas diferenças, a primeira, de Feliciano, lembrado pela memória oral como sendo escravo, era o antigo “senhor” de escravos. E a segunda, de que quem havia encontrado a imagem, não havia sido o Brigadeiro, mas os próprios escravos.

A imagem da santa encontrada, segundo os escravos, era de Nossa Senhora do Moquém, que após ser levada para casa do senhor, na Mata do Brigadeiro, de lá desaparecia sucessivamente, reaparecendo no local onde fora encontrada.

Assim, diante do fato que fugia à sua compreensão, o Brigadeiro e seus escravos colocaram a imagem dentro de uma combuca de cabaça com vela acesa e a puseram no rio Moquém, guardados por quatro escravos. Ela desceu rio abaixo fazendo parada no lugar ao qual deram o nome de Bom Sucesso, recebendo o nome de Nossa Senhora da Conceição. O Brigadeiro Feliciano Henrique deu ordens para que, neste local, fosse erguida uma capela, precisamente onde a santa havia sido encontrada, chamando-a de Igreja da Conceição da Batalha do Bom Sucesso.

Segundo Souza Filho (2008), os escravos foram os responsáveis pela construção desta capela, exatamente onde a imagem(foto 1) havia sido encontrada. E, após esta, uma estrutura mais estável foi construída no local.

Foto 1 – Nossa Senhora do Moquém



Fonte: Luís Fabiano Aguiar (2020)

A construção inicial, feita pelos descendentes, tinha doze metros quadrados e era coberta de palha. Sua entrada estava voltada para o rio Moquém, local onde a imagem havia sido encontrada. A destruição da antiga igreja ocorreu por volta de 1960, e em seu lugar fora construída outra (foto 02) que, contudo, deveria ter a sua entrada voltada para a nascente, seguindo ordens do pároco da igreja, seguindo arquitetura ocidental, e negligenciando a religiosidade de outra origem. Isso reafirma a dominação colonial “por meio do qual se impediu africanos de criar pensamento, fazendo-se prevalecer a modernidade europeia na base da violência e cristianização” (SAQUET, 2019, p. 58).

A origem de Bom Sucesso está intimamente ligada ao encontro da imagem e a construção da capela, que se mostra presente na memória oral e ratificada por pesquisas anteriores, apesar de algumas pequenas distorções, que revelam detalhes históricos que remontam aos seus antepassados, como menciona Dona Taíca (79 anos, Bom Sucesso) sobre a doação das terras.

O senhor vê esse arraial de casa aqui, isso aqui é uma família que o povo batizaram de família Correia, mas é porque nosso avô era Benedito Correia que é o nome que tá ali né (na escola). Mas

nós somos é a família Reis, por parte da minha avó, nós somos Reis, escravos, a primeira família que veio para cá, foi a família Reis, já depois de liberto. Herdamos essa terra que nós vive, deixada pelo Feliciano que herdou a terra na certa dada pelos senhores que ele trabalhou. Por Feliciano, chamava ele Brigadeiro (brigador), porque lutou demais, sofreu muito, mas nunca desistiu, ele sofreu tudo e nunca desistiu.

Foto 2 – Igreja nova de Bom Sucesso - 1960



Fonte: Souza Filho (2008)

Conforme observamos na imagem abaixo (foto 3), a igreja ainda preserva a mesma arquitetura, no entanto, mediante as intempéries do tempo, as ruínas da antiga igreja não podem mais ser observadas, mas, em seu lugar, foi erguida uma cruz.

Foto 3 – Igreja de Bom Sucesso – 2021



Fonte: Luís Fabiano Aguiar Silva (2020).

“Feliciano era um escravo, e que ele recebera o apelido de Brigadeiro por ser um cativo (escravo) brigador, que lutou muito por sua sobrevivência”, (Dona Taíca, 79 anos). E, pelo tempo de serviços prestados aos seus senhores, se tornou herdeiro das terras do Bom Sucesso. Aparece no depoimento coletado por Souza Filho (2008, p. 134) uma referência, apesar de confusa, de um certo escravo, trabalhador de Feliciano, por nome Anacleto, que fazia parte das doze famílias.

Essas terras diz que foram doadas [...] Esse marinheiro era um senhor por nome não sei se era Anacleto...eu acho que era Anacleto, era um Feliciano... ou era Anacleto ou era Feliciano...não! eles chamavam Major Feliciano Brigadeiro, Major Feliciano Brigadeiro, Anacleto era um dos trabalhadores (escravo) que constava nas doze famílias, que era, que ele tinha trazido de lá, na campanha dele.

Apesar da dúvida acerca do nome do escravo e seu “senhor”, a narrativa se alinha ao depoimento de D. Taíca sobre a existência de um escravo dentre as doze famílias que herdaram a já referida terra. No

entanto, segundo Assunção (1988; 2018), Anacleto Henrique Franco era filho de Feliciano Henrique Fraco, o Brigadeiro. O que não diminui a importância da memória oral desta comunidade, que guarda com autenticidade detalhes da sua história.

O Brigadeiro não vivia aqui não [...] quando ele tava aqui assentado ele foi visitar a Europa, chegou lá, caiu e morreu. O Brigadeiro tinha um filho, Anacleto Henrique Franco. Sabendo que tinha essa fazenda aqui e pensando que era uma grande riqueza veio para cá. Mas não achou nada a não ser os escravos. Aí quando chegou chamou eles toda atenção: ‘Meus escravos o senhor de vocês já está morto. E hoje é eu quem sou senhor de vocês. Eu não venho para cá porque eu sou sargento da Praça lá de Oiropa [...], se vocês pagar o que meu pai deve em Parnaíba, doze conto, e em São Luís, dezoito mil réis eu darei para vocês a alforria’. [...] e ele deu doze anos para eles pagar e eles com dez anos deram tudinho, trabalhando dia e noite. Mandaram celebrar sessenta missa para o Brigadeiro e Nossa Senhora do Moquém e os parentes do Brigadeiro que eram mortos. Ficou para eles as terras, um forno de cobre, as tachas de barro, da altura de um homem, uma sapa de ferreiro e a imagem (ASSUNÇÃO, 1988, p. 134)

A liberdade de muitos cativos foi possível mediante o preço de anos e anos de serviço para seus “ex-senhores”. E, observamos justamente isso em Bom Sucesso, onde as doze famílias trabalharam dia após dia durante dez anos para pagar a dívida do seu antigo senhor no valor de trinta contos de réis, além de rezarem sessenta missas pelas almas de seu senhor e familiares, obtiveram então a terra e liberdade.

Para Assunção (2018), a força de trabalho de uma família correspondia, em média, a cinco escravos adultos, o que seria equivalente a um plantel de setenta “peças” valendo, na época, em torno de dez contos, ou seja, nenhum momento se tratou de uma doação gratuita, fruto de uma obra generosa do seu “senhor”, mas de uma transação comercial, ao ponto do valor arrecadado para pagar a dívida ser superior ao valor de compra das doze famílias escravas e das terras do Bom Sucesso.

Em outras palavras, os alforriados do Bom Sucesso teriam rendido ao seu senhor três vezes o seu valor em troca de sua emancipação. Para Anacleto Franco, o antigo senhor e os seus herdeiros, a ‘doação’ foi, na realidade, mais um bom negócio do que um ato generoso. ‘Trabalhando noite e dia’ equivalia a autoexploração próxima às condições do cativeiro (ASSUNÇÃO, 2018, p. 218).

Shiraishi Neto (1998) ao pesquisar sobre a identificação das “terras de preto” em cartórios maranhenses, não localiza o original, mas ao menos uma cópia do testamento original do Brigadeiro amparado aos autos de usucapião da década de 1950 pelos descendentes alforriados.

Segundo consta através do traslado do testamento, a área fora adquirida através de uma espécie de doação a seus ascendentes escravos herdeiros, realizada por ordem de um testamento passado na Vila Icatu, que condicionava a transferência da área desde que eles trabalhassem por dez anos pagando as dívidas e suas liberdades (SHIRAISHI NETO, 1998, p. 11).

Souza Filho (2008) faz transcrição de outro documento, a saber, uma petição datada de 21 de janeiro de 1870, com referência ao inventário de Anacleto Henrique Franco, o filho do Brigadeiro Feliciano Henrique Franco.

[...] Ao tempo do inventário do Brigadeiro Anacleto Henriques Franco em quatro contos de reis sendo isto confirmado em uma petição de próprio punho daquele doutor Zaquieu e da qual é avaliada a terra dos Muquens, Riacho da Prata em trezentos mil reis e conta ali avalliado o inventário do Sargento Mor Feliciano Henriques Franco as dictas terras a mais ao escravo Lino, a escrava Rosa, mulher do dicto, o escravo Mathias, o escravo Raimundo, o escravo Hilario, o escravo Lourenço, o escravo Francisco, a escrava Cecília velha, uma forja de ferreiro, um forno velho de cobre, uma pedra de moer mandioca, muito velha, os quais benz foram pertencentes ao finado Sargento Mor Feliciano Henriques Franco e da mencionada petição foram deixados pelo dicto Sargento Mor entre outros por ele deixados a seus escravos instituídos seus herdeiros em testamento. (Transcrição da petição feita por Dionisio Francisco Correia, de 21 de janeiro de 1870) (SOUZA FILHO, 2008, p. 136).

Percebemos que, nas transcrições testamentárias, os escravos aparecem como herdeiros legítimos da terra. Na primeira, reforça que esta foi adquirida mediante autonomia e organização, após anos de trabalho. A segunda, acrescenta a lista de bens transferidos, o forno de cobre e uma forja de ferreiro, já consumidos pelo tempo, além da imagem da santa, considerada documento de garantia da terra pelos autodenominados descendentes.

Na certidão de autorreconhecimento, expedida pela Fundação Cultural Palmares e registrada através do processo nº 01420.000319/98-25, consta, igualmente, nos documentos antes mencionados, a transferência das terras e os marcos de localização do território.

[...] a Comunidade Quilombola de Bom Sucesso, conhecida também com Bom Sucesso dos Negros, nas áreas da região de Moqué e Rio Preto, no município de mata Roma, Estado do Maranhão, terras transmitidas em testamento pelo brigadeiro Anacleto Henriques Franco a seus escravos no ano de 1820, onde hoje estão as “comunidades” de São Domingos, Tanque, São José, Centro Velho, Sete Galhos, Mata Alta, Santa Elvira, Boa Razão, Três Mulher, Anajá, Carnaúba, Preguiça, Tucum, Primeiro Campo, Olho D’ Água I, Sítio do Meio, Boqueirão, Cabeceira, Caridade, Caburé, Cajueiro e Bom Sucesso e demais “comunidades” adjacentes reivindicados pela comunidade que tem 237 famílias e 1153 pessoas o número estimado de habitantes (BRASIL, 2004, n.p.).

Assim, o Bom Sucesso deve ter sido o epicentro de difusão da população negra livre no leste maranhense. Mediante descendência registrada por Assunção (1988) nos municípios de São Benedito do Rio Preto, Vargem Grande, Chapadinha e em São Luís, especificamente neste último no bairro Anjo da Guarda. Mesmo com a falta de estudos quantitativos sobre alforrias na província maranhense, podemos

supor que a alforria individual era mais comum que as alforrias coletivas e, nesse sentido, as condições da carta de alforria afetavam a vida dos libertos por muitos anos, como explica Assunção (2018, p. 219)

[...] as comunidades de alforriados tiveram uma grande importância nas áreas onde existiam por constituírem um modelo para outros escravos. As condições de vida melhores nessas comunidades resultavam em crescimento demográfico excepcional, a ponto de elas conterem hoje milhares de descendentes espalhados por vários municípios.

Os depoimentos coletados corroboram com a história do povoado e formação do seu território, ou seja, fruto do achado da santa, sua mudança de lugar, do forno de cobre, a autonomia decisória na organização do trabalho e a resistência diante os sucessivos episódios de desapropriação que reduziram as terras do Bom Sucesso, restando à população apenas uma parte do que um dia fora adquirido em troca de anos de suor e sangue, ou seja, de muito trabalho.

Os agentes externos e o açambarcamento do território

As primeiras décadas do século XX são marcadas pela perda de autonomia dos descendentes e pelo início do processo de privatização dos espaços de uso comum, conforme relato de grilagem de parte do território que compreende a Data Moquéns, coletado por Souza Filho (2008, 282).

[...] Essa carta ficou na mão de seu Benedito Correia do Lago, essa carta, viu? Través de lá vei de pai de Benedito Correia, o velho Lucas, aí chegou a Benedito Correia, viu? Eu conhecendo ela na mão de seu Benedito, viu? Eu conheci também eles pagando os imposto dela pra IBRA, nesse tempo, até 1914. Depois de 1914 aí os ladrão passaro a tomar conta dessas terras, viu? Passaro tomar de conta, inclusive como lá a Mata Brigadeiro, Mucuim o Olho D'água que tem também, assim Tabatinga, como que é, a residência era de seu Zé batista, hoje é dos filho. Tudo era terra do Bom Sucesso.

O processo de grilagem tem sua origem a partir da entrada dos chamados trabalhadores agregados, com prévia autorização dos ditos descendentes e mediante pagamento da chamada renda, variável conforme a dimensão da área explorada, aos descendentes, em diferentes comunidades do território de Bom Sucesso.

Os agregados eram compostos por dois grupos, a saber, as unidades familiares, que extraíam, criavam animais e produziam seus roçados em determinadas áreas do território. E aqueles classificados como pequenos comerciantes, que em virtude do poder aquisitivo em relações aos demais, adquiriram terras, estes últimos os considerados responsáveis pelo estopim da grilagem.

[...] são estes últimos que iniciam o processo de rompimento com o padrão de cobrança da renda, propiciando a emergência de conflitos com os chamados *descendentes*. A presença destes contribuiu para emergência de pequenos conflitos que, posteriormente, foram se agudizando, propiciando a fragmentação do território, sendo algumas áreas açambarcadas de forma fraudulenta por meio da grilagem (SOUZA FILHO, 2008, p. 142).

Assim, as primeiras comunidades do território que perderam áreas, por meio de apropriação fraudulenta, foram Mucuí, Olho D'água, Jabuti, Morcego e Fuma, aos quais grilagem que envolve estas comunidades seria em torno de 4.203 hectares, parte significativa do território de Bom Sucesso.

Souza Filho (2008) apresenta, segundo registro oral, o episódio responsável pelo início do confronto entre os descendentes e os agregados, acentuando a ação dos grileiros e eventual fragmentação do território, em que estes últimos deixam de pagar a renda.

[...] Do meu conhecimento, os meus pai e minha mãe contavam dos mais velhos, começou em 24, no dia 02 de fevereiro de 24, o primeiro conflito que deu derrame de sangue, né? Mataram dois pretos, procurando defender a posse das terras de Bom Sucesso. [...] o local foi o Mucuí, da mesma área do povoado de Bom Sucesso, que é da descendência dos pretos do Bom Sucesso. Eles vinham procurar receber umas rendas de roça e tal, pra poder colher a bem do povoado, aí lá o cara já querendo apossar, até querendo entrar de posse da terra e lá ameaçou de briga e até que deu o acidente né? Matou dois, um por nome Joaquim, que chamava Preto do Cangaço, e o outro Isídio Naiva, né? De lá pra cá começou (SOUZA FILHO, 2008, p. 282).

O responsável pelo duplo homicídio, conhecido por Chico Almeida, era um comerciante que teve sua instalação facilitada por outro agregado, por nome Levi, responsável de cobrar a renda dos demais e repassá-la aos integrantes do grupo (SOUZA FILHO, 2008).

A partir desse incidente, o processo de grilagem ganha em amplitude, revelando a existência de uma rede de transferência de terras, que os próprios grileiros não conseguem montar, fazendo surgir novos sujeitos nesse processo de usurpação, envolvendo cartórios municipais do leste maranhense, principalmente de Buriti, Coelho Neto e Chapadinha, responsáveis pela fraude cartorial (SHIRAISHI NETO, 1995), empresas e políticos locais, envolvidos no processo de legalização fraudulenta de parte do território grilado (SOUZA FILHO, 2008).

A ação da grilagem foi mais presente na Data Moquéns, embora algumas áreas da Data Rio Preto também tenham sido açambarcadas. É nesta última que se concentra a maioria das comunidades, onde estão instaladas as unidades domésticas dos autodenominados descendentes. Encontram-se nesta lista Bom Sucesso, São Domingos, Taquá, Centro Velho, Boa Razão, Mata Alta, Santa Elvira, Três Mulher, Primeiros Campos, Caburé, Cajueiro, Caridade, Sítio do Meio, Boqueirão,

Cabeceira, Tucuns, Carnaúba, Preguiça, Anajá, Sete Galhos e São José (SOUZA FILHO, 2008, p. 285).

O depoimento de Dona Clara, (78 anos) moradora do quilombo, corrobora ao detalhar a presença dos agregados e o processo de transferência das áreas griladas, que envolve os nomes de Levi, mencionado anteriormente como aquele que arrecadava o pagamento da renda dos agregados, e Moisés Amorim e Abraão, conforme as memórias de seu avô, Benedito Correia do Lago.

Agora esse pessoal (agregados) quando chegava aqui com meu avô, eu me lembro, ele chegou a arrendar, o Mucum, a Mata Brigadeiro foi arrendado, aqui das moças do João Rego foi arrendado, o Buritizinho. E, aqui o Mucum foi arrendado, aí arrendou por cinco anos o veio Levi e aí passou de cinco anos ele pegou de dono, ficou como dono, e pra sair vendeu pro tal de Abraão e um tal de Moisés. [...] E papai infincava no cavalo mais meu avô, ia pegar o trem em Itapecuru, nesse tempo não tinha carro, aí que ia pra São Luís, quando ele chegou lá, ele (Moisés) foi na gente e fez a mentira, eu chamo é mentira, lá no tribunal, aí nunca que ele ganhou essa questão. Ficando dono da terra, um trecho medonho, lá diz que foi um Moisés, que passou pra Abraão e agora está nos filhos dele (Relato de Dona Clara, 78 anos, Bom Sucesso).

Esse processo se estende a outras partes do território de Bom Sucesso, que são açambarcadas por Marcelino Viana que, após se instalar no povoado Mata do Brigadeiro, na condição de agregado, apropria-se de terras, conforme memória oral citada por Souza Filho (2008, p. 284).

Aí não sei lá como, diz que ele comprou um pedacinho de terra no Capão da Garampara, aí levantaram uma Data: Zé Coelho, Marcelino Viana, Zé Francês, Rita Francês e metero esta Data Muquém, pegando a data Rio Preto. Trouxe o demarcador de Brejo, finado Caribé, o irmão do próprio Marcelino Viana, Leopoldo, que trabalhava junto e fizeram esse círculo pegando a maioria da data Bom Sucesso, inclusive o pico passa num lugar chamado Tucuns, lá próximo o Primeiro Campo, Carnaúba, tira ali pelo pau Terra, pegou Mata do Brigadeiro, pegou Olho D'água, que se chamava dos Sapateiro. [...] Foi assim que aconteceu isso. E aí ficaro tomando terra de um e de outro e expulsando os próprios herdeiro pra fora.

Percebemos na citação, referências feitas em relação a presença de espécies arbóreas como Bacuri (*Platonia insignis*) e Pequi (*Caryocar brasiliense*) nas áreas griladas, ou seja, a formação de cerrado, bem como o povoado de nome Carnaúba (*Copernicia prunifera*), que revela a presença de cocais, demonstrando a extensão da grilagem sobre os biomas existentes no território de Bom Sucesso.

Essas manchas de cerrado e cocais presentes no território e que compõem as áreas de uso comum dos ditos descendentes, começam a ser tomadas, adquiridas pelos agregados de forma fraudulenta a partir de 1914, e a longo prazo, mediante o ciclo de transferências a outras pessoas, são transformadas pela dinâmica capitalista agroindustrial e agroexportadora.

A esse respeito, em depoimento colhido, Souza Filho (2008, p. 285) descreve a metodologia de ação de grilagem.

[...] De acordo com seu Anísio, Marcelino Viana vendeu parte das terras a um senhor chamado João Bernardo Neto que, posteriormente, as repassou a um comerciante de Chapadinha chamado Grachal (Lauro Albuquerque ex-prefeito de Mata Roma e pai do recém eleito prefeito Besaliel Albuquerque), que instalou nessa área uma fazenda de criação de gado. Ainda segundo seu Anísio, esse senhor Grachal continuou comprando pequenos pedaços de terra na mesma área.

Assim, o rastro da grilagem se expande, e tão rápido quanto fogo, se espalha por todo leste maranhense. Entretanto, as narrativas aqui apresentadas se limitam ao recorte espacial definido, o território de Bom Sucesso e, para salientar este processo, faremos citação de Souza Filho (2008, p. 289).

No final da década de 1950, seu Benedito Correia do Lago, um dos integrantes do grupo, apontado como responsável pelo território à época, é estimulado por Raimundo Vieira (este inclusive foi prefeito de Chapadinha) a formalizar um processo de usucapião. O argumento usado por este é que os integrantes do grupo não possuíam documentos que comprovassem que eram legítimos donos da área, onde se encontram localizados as diferentes comunidades, [...] a justificativa apresentada era que o mato já havia encoberto os chamados picos de divisão. A medição foi alterada e os marcos originais foram removidos, reduzindo a área. Manoel Vieira (irmão de Raimundo Vieira), teria repassado esta área a João Lúcio, político de Mata Roma, e que este, depois de regularizá-la, vendeu a empresa Comercial Agrícola Paineiras, filiada do grupo Suzano de São Paulo, envolvida com o plantio de eucalipto.

Em suma, os relatos revelam com clareza que a partir da presença dos agregados e posterior envolvimento de latifundiários e políticos locais, acontece o açambarcamento de parcelas do território de Bom Sucesso. Também, que aqueles últimos tornar-se-iam os agentes responsáveis por vender essas terras no início da década de 1990 aos sulistas, chamados de gaúchos e às empresas Marflora, Paineiras e Suzano, que atualmente resistem frente à expansão do produtivismo e à força dos “correntões” (SHIRAISHI NETO, 1995; PAULA ANDRADE, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas e sociais no leste maranhense se manifestam em significativas mudanças na paisagem de todo esse território. Nas chapadas, onde antes o gado perambulava solto e a sombra dos bacurizeiros e pequizeiros descansava, observamos, atualmente, a homogeneidade das plantações de soja e eucalipto, traços desenhados pelo “correntão” com suas grossas correntes, de várias

toneladas, presas a dois tratores de esteira, que derrubam e arrancam as árvores do cerrado, a fim de preparar o terreno para o plantio da soja ou eucalipto.

No dia 21 de maio de 2021, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) do Maranhão recebeu a denúncia de que no município de Mata Roma, precisamente nas comunidades de Riachão e Bom Jardim, estava sendo desmatado com uso do “correntão”, onde, além da destruição das áreas de uso comum no cerrado, o desmatamento também estaria ocorrendo nascentes de afluentes na região.

Consideramos relevante destacar que essa prática de desmatamento e destruição do bioma cerrado tem sido alimentada pelo combustível de desmonte e sucateamento das estruturas públicas de fiscalização ambiental e a desregulamentação de leis ambientais, conhecida pela declaração do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, como, “ir passando a boiada” aproveitando o impacto da pandemia do Covid-19 no país para alteração das leis ambientais, sem passar pelo Congresso Federal.

Entre as alterações, queremos destacar a instrução normativa de número treze de 8 de abril de 2020, autorizando a diminuição da distância entre as áreas de comunidades e os campos de cultivo em que ocorrem a pulverização de agrotóxicos. Os resultados são a contaminação de moradores, animais e mananciais de comunidades rurais, indígenas e quilombolas, como o ocorrido no dia 27 de maio de 2021 nos povoados Santa Teresa, São Raimundo e Cantinho dos Vieiras, no município de Brejo, também na microrregião de Chapadinha.

Caso semelhante aconteceu nas comunidades tradicionais de Carranca e Araçá, no município de Buriti de Inácia Vaz, também localizado na microrregião de Chapadinha, no leste maranhense. Quando ocorreu a pulverização aérea sobre essas comunidades, idosos, adultos e crianças foram intoxicadas, alguns sofreram queimaduras pelo corpo, irritação na pele, febre e ânsias de vômito.

Existem, na região Nordeste do Brasil, um total de 977 processos de regularização fundiária das terras das comunidades remanescentes de quilombos no INCRA. O Maranhão está em primeiro lugar na região, com 399 processos abertos. E, em meio a esse número, encontra-se o processo requerendo a titulação do território quilombola de Bom Sucesso dos Negros, com pedido aberto em 2004.

Para o quilombo, a certificação das suas terras colocaria fim na pressão do latifúndio e nos conflitos derivados desta, como a morte dos animais que chegam ao cultivo de soja, a proibição da coleta do coco babaçu e do uso dos cursos d’água, o desmatamento, bem como o lançamento de veneno sobre as casas e criações do território.

A luta e a resistência contra um modelo eurocentrado e colonial, que tenta perpetuar seus interesses e privilégios, continua. O quilombo responde, pensa de outro modo e age de outra maneira. Quilombo Bom Sucesso dos Negros ou Quilombo de Axuí resiste.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **A guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na Memória Oral**. São Luís: SIOGE, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2018.

CAMPOS, Nazareno José de. Populações tradicionais e formas de uso comum: transformações atuais em áreas de fronteira agrícola. In: ALVES, Vicente Eudes L. (Org.). **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certidão de Autorreconhecimento**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

FABIANI, Aldemir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Coleção São Luis, 1970.

GARRETO, Gairo. **Garrett: traficante de escravos: a história esquecida da família Garrett na Amazônia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2018.

HEIDRICH, A. L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Estudo das potencialidades sociais e econômicas das comunidades quilombolas certificadas no município serrano do maranhão, incluídas no plano de ações mais IDH**. São Luís, 2017.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 1981.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MARTINS, Ananias. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural**. Teresina: Ed. Halley, 2012.

MARTINS, J. P. Oliveira. **O Brasil e as Colônias Portuguezas**. 5 ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1920.

MENDONÇA, B. R. **Continuum colonial**. São Luís: EDUFMA; Paco Editorial, 2019.

PAULA ANDRADE, Maristela de (org.). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense**: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba. São Luís: Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (relatório de pesquisa), 2012.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil** – projetos agropecuários contra a agricultura camponesa, São Luís: EDUFMA, 2008.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Terra de índio**: identidade étnica e conflito em terras de uso comum, São Luís: EDUFMA, 1999

REIS, João José; Flávio dos Santos, GOMES (Orgs.). **Liberdade por um fio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista extensão rural**, Santa Maria, ano 15, n. 16, jul./dez., 2008.

SANTOS, R. A. dos; SAQUET, M. A. Considerações sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. In: SANTOS, R. A. dos; SAQUET, M. A. (Org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, n. 10, p. 1-6, jan./jun. 2002.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Grilagem de Terras no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995, p. 67-77.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Grilagem de Terras no Leste Maranhense. In: COSTA, Luciana Miranda; NETO, Joaquim Shiraishi. **Inventário das Leis, Decretos e Regulamentos de Terras do Maranhão – 1850/1996**, Belém: NAEA, 1998.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso**: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luís: EDUFMA, 2008.